

Tema 3. A transmissão da Revelação

Deus revelou-se pouco a pouco ao homem e culminou a sua revelação com a Encarnação. Cristo constituiu a Igreja, que mantém viva a sua memória e o apresenta como o que, tendo vivido neste mundo, ressuscitou e permanece entre nós para sempre. E realiza esta missão guardando a palavra de Deus, recolhida nas Sagradas Escrituras, transmitindo a Tradição e ensinando, iluminada pelo Espírito Santo,

como viver cristãmente em cada época (Magistério).

01/10/2022

Sumário:

- 1. A transmissão da Revelação: de Abraão a Jesus Cristo
- 2. A constituição da Igreja
- 3. A Sagrada Escritura, a Tradição e o Magistério
- 4. Como interpretar a Bíblia
- Bibliografia

1. A transmissão da Revelação: de Abraão a Jesus Cristo

A Revelação começa com a criação do homem. A Sagrada Escritura diz-nos que Adão e Eva, os nossos primeiros pais, já mantinham uma

relação e um diálogo com Deus. Tinham uma certa familiaridade com Ele, como se vê nas primeiras cenas do livro do Génesis. Isto é lógico se se tiver em conta que tinham sido criados para viver em comunhão com Deus. Essa familiaridade perde-se com o pecado; a partir de então, vai ser bastante difícil para o homem descobrir Deus na vida pessoal e no ambiente social. No entanto, Deus prometeu já aos primeiros pais que o pecado ia ser vencido um dia pela «descendência da mulher» (Gn 3, 15): anunciou assim a obra redentora de Cristo, que foi preparada com a história da salvação precedente.

A Bíblia, nestes relatos das origens, não pretende narrar com pormenor os acontecimentos históricos, mas fornecer ensinamentos essenciais sobre o homem e a sua relação fundacional com Deus, expressos em imagens e narrações, sobre cujo valor histórico é difícil emitir um

juízo definitivo. Por este motivo, não é de estranhar que a própria Bíblia não tenha qualquer dificuldade em justapor narrações, que diferem nos pormenores, dos mesmos acontecimentos (por exemplo, o livro do Génesis apresenta dois relatos diferentes da criação do homem e da mulher). Deste modo, podemos tirar muitos ensinamentos dos diferentes relatos bíblicos das origens, sem necessidade de pensar que todos os factos narrados aconteceram exatamente assim.

O livro do Génesis conta-nos também que, depois desse primeiro pecado, o mundo sentiu uma grande quantidade de desordem e de injustiça, que Deus contemplou com desdém. Isso deu lugar à história do dilúvio, na qual a Escritura vê o castigo de Deus pelos numerosos pecados dos homens. No entanto, depois do dilúvio, Deus reatou a amizade com Noé e com a sua

família – que se salvaram do dilúvio por se terem portado com justiça – e, através deles, com toda a criação. Renovou com Noé a relação que tinha querido ter com Adão, Eva e os seus descendentes. Deus sabia que, embora o coração do homem estivesse inclinado para o pecado, a criação valia a pena, era boa, e pediu aos homens que crescessem e se multiplicassem, da mesma forma que o tinha pedido a Adão. Com a história de Noé, Deus deu à criatura humana uma segunda oportunidade de viver na sua amizade.

No entanto, o verdadeiro ponto de partida da história da salvação teve lugar passados séculos, com o pacto que Deus fez com Abraão. Aqui encontramos já uma escolha por parte de Deus. Abraão reconheceu Deus como único Senhor, obedeceu-lhe com grande fé e Deus destinou Abraão para ser «o pai duma multidão de nações» (Gn 17, 5).

Assim Deus começou a tarefa de reunir sob uma só cabeça a humanidade dispersa pelo pecado. Duas gerações mais tarde, Deus fez Jacob mudar de nome: chamou-lhe Israel e os seus doze filhos foram a base do povo de Israel: as doze tribos de Israel.

Vários séculos mais tarde, na época de Moisés, essa história de Deus com os homens adquiriu uma dimensão mais visível e comprometida. O Deus de Abraão e dos patriarcas fez de Israel o seu povo e libertou-o da escravatura dos egípcios. Deus fez uma aliança com Moisés e pôs o povo sob a sua proteção e as suas leis, e o povo aceitou solenemente essa aliança e comprometeu-se a servir o Senhor e a dar-lhe culto. Na travessia do Mar Vermelho e na caminhada pelo deserto do Sinai, na chegada à terra prometida e na construção do reino de David, Israel experimentou uma vez e outra que Deus estava com

ele, porque Israel é o seu povo, que ele próprio formou entre todos os outros e que lhe pertence «como um reino de sacerdotes e uma nação santa» (Ex 19, 6).

Nos séculos seguintes, Deus não deixou que essa aliança decaísse, mas, por meio dos profetas, guiou o seu povo para a esperança duma salvação última e definitiva. Quando o povo se afastava do caminho e se esquecia do seu compromisso com a aliança, Deus suscitava servos seus com a tarefa de reconduzir o povo para a obediência e para a justiça. Os profetas animaram e confortaram o povo na esperança, mas também o advertiram do perigo duma falsa confiança na sua condição de eleito, porque essa eleição, se não fosse correspondida, se podia transformar em juízo, em castigo de Deus pelo pecado. Dois acontecimentos têm, particularmente, o caráter de castigo: a queda do reino do Norte (dez das

doze tribos de Israel) no ano 722 a.C. e o exílio do reino do Sul (as duas outras tribos que se tinham separado séculos antes), juntamente com a sua capital, Jerusalém, no ano 587 a.C. Israel perdeu então a sua autonomia como povo. Viveu no desterro, numa terra ocupada. No entanto, o Senhor castigou-o mas não o abandonou. O livro de Isaías dá-nos a notícia do regresso do exílio da Babilónia para a sua própria terra, a refundação do povo; uma refundação que foi só parcial, porque muitos permaneceram dispersos.

Em todo este caminho de Deus com Israel, o povo aprendeu a conhecer Deus, soube da sua fidelidade e manteve a esperança em que Ele cumpriria as suas promessas dum salvação última e definitiva através dum rei, um descendente de David que, no fim dos tempos, havia de construir uma nova Aliança. Uma aliança que não se ia escrever em

tábuas de pedra, como a antiga: o próprio Deus ia escrevê-la no coração dos fiéis pela presença e ação do Espírito Santo. Chegaria o dia em que todos os povos viriam em massa, atraídos pelo brilho da nova Jerusalém, e reconheceriam o Deus de Israel. Seria o dia da paz perpétua, e do mundo unido sob um só Deus.

Através de todo este processo, com as suas diferentes etapas, Deus preparou o seu povo para a Revelação definitiva em Jesus Cristo. Ele é o cumprimento das promessas do Antigo Testamento e com Ele chega a renovação anunciada do fim dos tempos. Durante a sua vida na terra, Jesus comunicou aos homens dimensões novas e insuspeitadas de Deus. Referiu-se sempre ao Deus do Antigo Testamento, dos Patriarcas, dos profetas e dos reis e a sua pregação teve a marca da linguagem e das ideias que o povo de Israel tinha compartilhado durante séculos.

No entanto, a sua pregação sobre Deus, mesmo encontrando paralelismo nos textos veterotestamentários e no pensamento judaico da sua época, tinha uma tónica completamente nova e era, portanto, inconfundível e única. Jesus proclamou que o Reino de Deus esperado no Antigo Testamento já estava muito perto, mais ainda, que se tornava presente nas suas palavras, nas suas obras e na sua própria Pessoa.

2. A constituição da Igreja

«O Senhor Jesus, depois de ter feito oração ao Pai, chamando a si os que quis, escolheu doze para viverem com Ele e para os enviar a pregar o reino de Deus» (*Lumen gentium*, 19). Jesus desejava que, ao terminar a sua missão no mundo, esses discípulos

pudessem continuá-la, evangelizando todas as nações. Para isso instituiu o grupo dos apóstolos e pôs Pedro como cabeça deles. Na Última Ceia, introduziu-os nos mistérios do seu corpo e do seu sangue doados em sacrifício, e pediu-lhes que os atualizassem no futuro. Constituiu-os testemunhas da sua Ressurreição e enviou-lhes o Espírito Santo para os fortalecer na missão. Ficava assim plenamente constituída a Igreja, que era o lugar em que os homens de cada época podiam encontrar Cristo e segui-Lo pelo caminho que leva à vida eterna.

A Igreja mantém sempre viva a memória de Cristo e apresenta-o, não como um ser do passado, mas como quem, tendo vivido neste mundo numa época determinada, ressuscitou e permanece entre nós para sempre.

3. A Sagrada Escritura, a Tradição e o Magistério

a) A Sagrada Escritura

O povo de Israel, sob inspiração divina, escreveu ao longo dos séculos o testemunho da Revelação de Deus feita aos Patriarcas, aos profetas e às pessoas justas e retas. A Igreja acolhe e venera essas Escrituras, que constituíram a preparação pensada por Deus para a grande Revelação de Jesus Cristo. Além disso, também os apóstolos e os primeiros discípulos de Jesus escreveram o testemunho da vida e da obra de Cristo, de cujo caminhar terreno foram testemunhas, de modo particular do mistério pascal da sua morte e ressurreição. Deram assim origem aos livros do Novo Testamento, que completam e levam os do Antigo à plenitude. O que no Antigo Testamento estava preparado e proclamado em símbolos e figuras, o

Novo testemunha-o desenvolvendo a verdade contida nos acontecimentos da história de Jesus.

Os livros sagrados não se fundamentam apenas na recordação ou testemunho humano do que Deus realizou em Israel e, sobretudo, do que operou por meio de Cristo; têm um fundamento mais profundo, porque a sua origem última está na ação do Espírito Santo, que iluminou os escritores humanos e os susteve com a sua inspirações e as suas luzes. Por este motivo, a Igreja considera que a Sagrada Escritura não é, principalmente, uma palavra humana de grande valor, mas que é verdadeira Palavra de Deus, e venera as Escrituras como santas e sagradas. No entanto, isto não significa que Deus tenha “ditado” o texto aos autores dos livros; o que quer dizer é que se valeu de homens que, usando das suas próprias faculdades e meios, deixaram que Deus atuasse neles e

por meio deles, e assim «pusessem por escrito, como verdadeiros autores, tudo aquilo e só aquilo que Ele queria» (*Catecismo* 106).

Neste sentido, nos livros sagrados também estão presentes as limitações culturais, filosóficas e teológicas dos autores, que escreveram em momentos e culturas diferentes. Mas isto não é realmente um problema para ter fé na verdade que transmitem, porque essa verdade *é de ordem religiosa*, quer dizer, não se refere a uma visão científica do mundo, nem a uma crónica exata e precisa da história humana ou a uma sabedoria enigmática; refere-se, pelo contrário, ao sentido último da vida dos homens, chamados à comunhão com Deus como seus filhos em Jesus Cristo, que se pode exprimir de muitas maneiras: por meio de diferentes géneros literários, de metáforas e símbolos, de relatos para

instruir na virtude e de histórias realmente acontecidas. A presença do Espírito Santo na génese dos livros sagrados garante-nos que «ensinam firmemente, com fidelidade e sem erro, a verdade que Deus quis consignar» neles para a nossa salvação (cf. *Dei Verbum*, 11).

b) A Tradição Apostólica e a “Tradição”

Antes de escrever o testemunho da vida e da obra de Cristo, os apóstolos e os primeiros discípulos de Jesus pregaram o que tinham visto e contemplado quando estavam com Ele. Foram pelo mundo transmitindo oralmente às comunidades que iam fundando o que tinham vivido junto de Cristo, pregavam a mensagem cristã de salvação e realizavam-no com a liturgia e os sacramentos; deixaram depois registo de tudo isso nos escritos do Novo Testamento. Há, portanto, uma transmissão oral da

vida e da doutrina de Jesus que precede a transmissão escrita; mais ainda, que se verte depois nesses escritos. Essa transmissão oral compreende muitos aspetos que os apóstolos aprenderam de Jesus e recebe o nome de “Tradição Apostólica”. Com palavras do Compêndio do Catecismo : «A Tradição Apostólica é a transmissão da mensagem de Cristo, realizada desde as origens do cristianismo, mediante a pregação, o testemunho, as instruções, o culto, os escritos inspirados» (n. 12).

Ao longo dos tempos, a Igreja transmite a Tradição Apostólica de duas maneiras: *oralmente*, quando prega e realiza o que aprendeu de Cristo e o que os Apóstolos ensinaram e *por escrito*, quando transmite a Sagrada Escritura às novas gerações cristãs (cf. *Catecismo*, 76). Ao primeiro modo (a tradição

oral) chama-se simplesmente “Tradição”.

A Tradição procede dos testemunhos dos Apóstolos sobre a vida e ensinamentos de Jesus; a sua fonte é, portanto, a mesma que a dos escritos do Novo Testamento. Mas ambas (Tradição e Escritura) têm funções um pouco diferentes, porque a primeira, ao ser oral e prática, é mais rica e flexível do que a segunda, e além disso garante, de certa maneira, a autenticidade desta última; a Escritura, pelo contrário, ao ser consignada por escrito, expõe de modo fixo e imutável o que Jesus pregou e viveu, formula-o e determina-o, e impede que os ensinamentos se deformem com o tempo e sejam submetidos ao arbítrio das mudanças de cultura e de mentalidade. «*Verba volant, scripta manent*» disse com razão o imperador romano Tito, falando ao senado romano.

Deste modo, Escritura e Tradição iluminam-se mutuamente: por exemplo, a Igreja conhece por Tradição os livros que são inspirados e que, por esse motivo, fazem parte do cânone de livros da Escritura. Os livros que compõem a Bíblia cristã são sempre os mesmos, os que a Tradição indicou como inspirados; havia outros escritos da mesma época que também se referiam a Jesus, mas nunca foram considerados como inspirados (os escritos apócrifos). E, ao contrário, a Escritura ajuda a distinguir e reforça o que pertence ou não à Tradição. Sirva de exemplo o facto de que, no Novo Testamento, se vê que Jesus jejuou quarenta dias no deserto. Assim o aspeto concreto da Tradição de jejuar no tempo da Quaresma encontra apoio e confirmação na Escritura.

c) O Magistério da Igreja

A sucessão dos tempos traz consigo progresso material e mudanças culturais e de mentalidade. Abrem-se novas perspectivas e apresentam-se novas questões que incidem sobre o modo de viver do cristão. A moralidade de temas como o desenvolvimento ecológico sustentável ou o direito a ter um lugar de trabalho não foi discutida na antiguidade: não se apresentavam estas questões, que incidem no entanto no modo de viver a vida cristã. Por isso Nosso Senhor, ao estabelecer na sua Igreja a distinção entre pastores e fiéis, deu aos primeiros uma graça (um carisma) de discernimento do que é adequado *à vida cristã* das pessoas e comunidades, e o que, pelo contrário, a maltrata e destrói. A tarefa de ensinar, sustentada por este carisma, recebe o nome de “Magistério”. A função do Magistério é de serviço. Não está acima da Sagrada Escritura ou da Tradição, mas serve ambas,

interpretando-as corretamente e expondo com fidelidade os seus conteúdos.

A interpretação autêntica da Revelação «compete exclusivamente ao Magistério vivo da Igreja, isto é, ao Sucessor de Pedro, o Bispo de Roma, e aos Bispos em comunhão com ele» (*Compêndio*, 16). Podem exercer essa função porque com a ordenação episcopal recebem uma ajuda especial do Espírito Santo (carisma de verdade), que lhes facilita a compreensão do conteúdo da Revelação no exercício do seu ministério. Embora os Bispos, considerados individualmente, se possam enganar, a Igreja no seu conjunto (a unidade do Romano Pontífice, dos Bispos em união com ele e dos fiéis cristãos) não se pode enganar nas questões que dizem respeito à Revelação. Concretamente, o Romano Pontífice também não se pode enganar quando ensina de

modo público e solene (*ex cathedra*) que uma determinada doutrina deve ser tida como definitiva, porque pertence à Revelação divina. O mesmo ocorre no caso dos concílios ecuménicos: os pastores reunidos em concílio e em união com o Santo Padre não erram quando indicam que algo deve ser crido porque pertence à fé da Igreja. Nestes e noutros casos, a Igreja não se engana porque o Espírito Santo a assiste para que ensine com verdade a doutrina de Cristo.

4. Como interpretar a Bíblia

Podia dizer-se que a Bíblia contém dentro dela a vida e a história do mundo e dos homens. O conjunto dos seus livros tem grande amplitude e, como a própria vida, contém uma multiplicidade de aspetos. Às vezes

pode parecer que a Bíblia se contradiz ou que defende atitudes que não podem ser verdade porque não são justas. Entre os temas controversos estão o da violência, da escravatura, o papel da mulher, a vingança, etc. Por isso é importante aprender a entender o que a Escritura deseja ensinar em cada tema ou em cada unidade textual.

O Concílio Vaticano II dedicou um documento à divina Revelação: a Constituição Dogmática *Dei Verbum*. O capítulo III referia-se aos princípios e critérios a ter em conta para interpretar a Bíblia de modo correto. Vejamo-los:

a) Em primeiro lugar, o Concílio recorda, antes de mais nada, que Deus é o Autor da Sagrada Escritura; mas, como dissemos, nela fala ao homem através de homens e à maneira humana. Por isso uma reta interpretação da Sagrada Escritura

precisa de investigar com atenção o que verdadeiramente quiseram afirmar os autores humanos e o que Deus quis manifestar a partir das palavras humanas.

b) Em segundo lugar, visto que se trata dum livro inspirado por Deus, a Escritura deve interpretar-se «como a ajuda do próprio Espírito mediante o qual foi escrita» (*Dei Verbum*, 12). Quer dizer, requer-se por parte do intérprete uma abertura pessoal a Deus e o pedido de ajuda para poder compreender a Escritura corretamente. Sem essa abertura é fácil que dominem na interpretação preconceitos ou ideias e interesses pessoais.

c) Em terceiro lugar, é necessário dar muita atenção ao conteúdo e à unidade de toda a Escritura: só é Escritura entendida na sua unidade. Este princípio também é importante porque nem tudo o que a Escritura

indica tem o mesmo valor ou força; a palavra de Deus não se exprime por igual em tudo. Há dentro da Escritura uma hierarquia de verdades e de conceitos. Conhecê-la ajuda a interpretar na sua verdadeira dimensão e alcance as passagens que podem surpreender o leitor. É preciso ter sempre em conta que Cristo é o centro e o coração da Escritura.

d) Em quarto lugar, é preciso interpretar a Escritura no contexto da Tradição viva da Igreja, visto que não é mais do que a expressão escrita dessa mesma Revelação de que a Tradição é expressão oral. E juntamente com a Tradição também é preciso dar atenção a todo o conjunto da fé da Igreja, que se exprime no seu Magistério, na harmonia das suas verdades, na unidade da sua doutrina. Por exemplo, se a interpretação duma determinada passagem bíblica

contradisser a verdade da fé definida, essa interpretação dificilmente poderá ser verdadeira.

Bibliografia

- Catecismo da Igreja Católica, n. 74-141.
- Concílio Vaticano II, Const. *Dei Verbum*.
- Bento XVI, Exortação Apostólica *Verbum Domini*, 30-IX-2010 (Parte I: *Verbum Dei*).
- J. Burgraff, *Teologia Fundamental. Manual de iniciação*, Diel, Lisboa 2005, caps. IV e VI.

Antonio Ducay

pdf | Documento gerado
automaticamente a partir de [https://
opusdei.org/pt-pt/article/tema-3-a-
transmissao-da-revelacao/](https://opusdei.org/pt-pt/article/tema-3-a-transmissao-da-revelacao/) (26/03/2026)